



Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo 18473/18
Data 07/12/18
Fis. 02 Rubrica: CP

À: Prefeitura Municipal de Saquarema
À Comissão Permanente de Licitação
A/C do Pregoeiro

Referência: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 58/2018.

Processo Administrativo nº: 10.323/2018.

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Barricada anti-pânico, banheiros químicos, camarim, grade de isolamento, estrutura plataforma, fechamento, gerador, tendas, posto médico, torres de fly, torre de delay, torre de PA, praticável, grid, mesas, cadeiras, treliça em Q30, palco, luz, som, Trios elétricos e Mini trios elétricos para eventos e shows, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



RECURSO ADMINISTRATIVO

Sr. Pregoeiro,

UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA-EPP,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº.
21.743.725/0001-40, com sede à Rod BR 101 - S/N - KM 265 - Rio
dos Índios - Rio Bonito - RJ - CEP: 28.800-000, neste ato,
representada por seu representante legal Sr.^a Luana Pio Borges
Peixoto Ribeiro, empresária, portadora da Carteira de Identidade nº
26.410.469-6 e do CPF nº 139.358.397-07. Com fulcro na Lei nº
10.520/2002, art. 4º XVIII. Vem tempestivamente e respeitosamente
na forma da Lei, a presença de Vossa Senhoria apresentar Recurso
Administrativo, pelas razões descritas abaixo.

Preliminares

Lembramos que o entendimento corrente na doutrina e
na jurisprudência é de que edital, no procedimento licitatório,
constitui Lei entre as partes e é instrumento de validade dos atos
praticados no curso da licitação, sendo que, "ao descumprir normas



editais, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia”, bem como os contidos no art. 3º da Lei das Licitações, in verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os PRINCÍPIOS BÁSICOS DA LEGALIDADE, DA IMPESSOALIDADE, DA MORALIDADE, DA IGUALDADE, DA PUBLICIDADE, DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DO JULGAMENTO OBJETIVO E DOS QUE LHE SÃO CORRELATOS” (Grifo nosso.)





Dos Fatos

Trata a presente licitação Pregão Presencial por Sistema de Registro de Preços, desta forma o mesmo obedece aos termos da Lei nº 10.520/2002. Conforme descritos a seguir:

Lei nº 10.520/2002

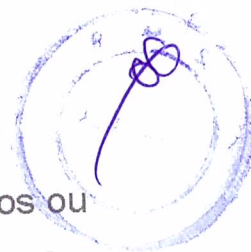
Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art.

3º, **as normas que disciplinarem o procedimento** e a minuta do contrato, quando for o caso;

(...)

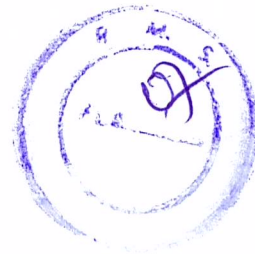


VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, **apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

(...)

XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a **melhor proposta**, para **verificação do atendimento das condições fixadas no edital**;

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia

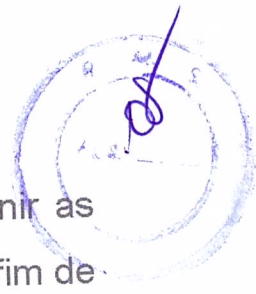


do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

XV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

Os motivos que nos leva entrar com recurso é pela habilitação indevida da empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA – ME.



Os dispositivos acima são bem claros para definir as decisões em um Pregão. Decisões estas que foram tomadas afim de habilitar a todo custo uma empresa que descumpriu o que diz o edital e a própria lei. Como já visto o edital é lei entre as partes. Listaremos a seguir as falhas cometidas:

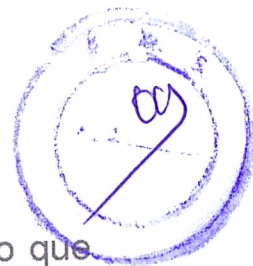
1 – Da Autenticação dos anexos:

A empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA – ME, descumpriu a exigência constante no item 19.6 do edital. Vejamos:

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.6. Todas as declarações em anexo ao edital deverão ser assinadas pelo responsável legal com firma reconhecida por autenticidade.

Conforme descrito acima, foi exigido que todas as declarações **em anexo ao edital**, fosse reconhecido firma por autenticidade. Quando se referiu a “todas” deixou claro que era todos os anexos constantes do edital, pois os mesmos são documentos declaratórios. Tanto o Anexo XIII (Índice de Liquidez), quanto o Anexo



V (Proposta Comercial), são declarações, a partir do momento que você assina um documento, seja o credenciamento, proposta, ME/EPP, Fatos impeditivos ou ainda a declaração de Menor, são documentos declaratórios, a empresa declara cada situação em particular. Com Índice de Liquidez não é diferente, tanto que precisa de assinatura do contador e do responsável pela empresa, assim também como na proposta comercial o representante quando assina, ele está declarando os conteúdos constantes ali.

O dicionário traz de forma clara o significado de declaração:

Ação de declarar.

Aquilo que se declara.

Afirmção, confissão: declaração de amor.

Documento, prova escrita.

Todo documento, prova escrita é considerada uma declaração.

2 – Responsável Técnico

Do Edital:



6.1.6.3 - Para fins de habilitação técnico profissionais licitantes deverão apresentar:

a) Comprovação de que a proponente possui em seu quadro funcional permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes, pelo menos **01 Engenheiro Civil** ou **Arquiteto** e/ou **01 Engenheiro Eletricista** ou **Técnico de Eletrotécnica ou Eletrônica**, inscrito no Conselho Regional competente (CREA/CAU).

O edital é claro ao definir os profissionais autorizados para a presente licitação que são: Engenheiro Civil ou Arquiteto e/ou Engenheiro Eletricista ou Técnico de Eletrotécnica ou Eletrônica. Estes são as possibilidades de apresentação do profissional. O edital só solicita Engenheiro Civil, ou Engenheiro eletricista. Em momento algum se falou em Engenheiro Operador Eletrotécnica.

Afim de esclarecer nosso questionamento consultamos o site do CONFEA, onde encontramos a Tabela de Títulos Profissionais Resolução 473/02 do CONFEA em sua última atualização que ocorreu em 04/10/2018, onde podemos ver todos os



profissionais, observe a seguir:



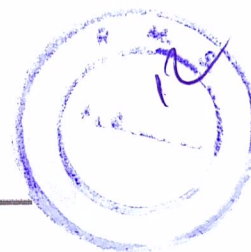
CONFEA

Tabela de Títulos Profissionais
Resolução 473/02

Última Atualização: 04/10/2018

Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 1 CIVIL
Nível: 1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino	Título Feminino	Título Abreviado
111-01-00	Engenheiro Ambiental	Engenheira Ambiental	Eng. Amb.
111-02-00	Engenheiro Civil	Engenheira Civil	Eng. Civ.
111-03-00	Engenheiro de Fortificação e Construção	Engenheira de Fortificação e Construção	Eng. Fort. Constr.
111-04-01	Engenheiro de Operação - Construção Civil	Engenheira de Operação - Construção Civil	Eng. Oper. Constr. Civ.
111-04-02	Engenheiro de Operação - Construção de Estradas	Engenheira de Operação - Construção de Estradas	Eng. Oper. Constr. Estr.
111-04-03	Engenheiro de Operação - Edificações	Engenheira de Operação - Edificações	Eng. Oper. Edif.
111-04-04	Engenheiro de Operação - Estradas	Engenheira de Operação - Estradas	Eng. Oper. Estr.
111-05-01	Engenheiro Industrial - Civil	Engenheira Industrial - Civil	Eng. Ind. Civ.
111-06-00	Engenheiro Militar	Engenheira Militar	Eng. Mil.
111-08-00	Engenheiro Sanitarista	Engenheira Sanitarista	Eng. Sanit.
111-09-00	Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Engenheira Sanitarista e Ambiental	Eng. Sanit. Amb.
111-10-00	Engenheiro de Infra-Estrutura Aeronáutica	Engenheira de Infra-Estrutura Aeronáutica	Eng. Infra-Estrut. Aeron.
111-11-01	Engenheiro de Produção - Civil	Engenheira de Produção - Civil	Eng. Prod. Civ.
111-12-00	Engenheiro Hidrico	Engenheira Hidrica	Eng. Hidr.
111-13-00	Urbanista	Urbanista	Urb.
111-14-00	Engenheiro de Transportes	Engenheira de Transportes	Eng. Transp.



Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 2 ELETRICISTA
Nível: 1 GRADUAÇÃO

Código	Título Masculino
121-01-00	Engenheiro de Computação
121-02-00	Engenheiro de Comunicações
121-03-00	Engenheiro de Controle e Automação
121-04-01	Engenheiro de Operação - Eletrônica
121-04-02	Engenheiro de Operação - Eletrotécnica
121-04-03	Engenheiro de Operação - Telecomunicações
121-05-01	Engenheiro de Produção - Eletricista
121-06-00	Engenheiro de Telecomunicações
121-07-00	Engenheiro de Transmissão
121-08-00	Engenheiro Eletricista
121-08-01	Engenheiro Eletricista - Eletrônica
121-08-02	Engenheiro Eletricista - Eletrotécnica
121-09-00	Engenheiro em Eletrônica
121-10-00	Engenheiro em Eletrotécnica
121-11-01	Engenheiro Industrial - Elétrica
121-11-02	Engenheiro Industrial - Eletrônica
121-11-03	Engenheiro Industrial - Eletrotécnica
121-11-04	Engenheiro Industrial - Telecomunicações
121-12-00	Engenheiro Biomédico
121-13-00	Engenheiro de Energia
121-14-00	Engenheiro de Software



Grupo: 1 ENGENHARIA
Modalidade: 2 ELETRICISTA
Nível: 3 TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Título Masculino
123-01-00	Técnico em Automação Industrial
123-01-01	Técnico em Automação Industrial Eletrônica
123-02-00	Técnico em Eletricidade
123-03-00	Técnico em Eletromecânica
123-04-00	Técnico em Eletrônica
123-04-01	Técnico em Eletrônica - Telecomunicações
123-05-00	<u>Técnico em Eletrotécnica</u>
123-06-00	Técnico em Informática Industrial
123-07-00	Técnico em Instrumentação
123-08-00	Técnico em Microinformática
123-09-00	Técnico em Proteção Radiológica
123-10-00	Técnico em Telecomunicações
123-11-00	Técnico em Telefonia
123-12-00	Técnico em Mecatrônica
123-13-00	Técnico em Eletroeletrônica
123-14-00	Técnico em Manutenção de Computadores
123-15-00	Técnico em Redes de Comunicação
123-17-00	Técnico em Rede de Computadores
123-18-00	Técnico em Equipamentos Biomédicos

Com esta tabela podemos constatar os profissionais constantes no CREA, cada profissional recebe um código diferente. Quando o edital solicitou os profissionais que poderiam ser apresentados não consta o profissional de engenharia de operação eletrotécnica.

O profissional acima pode até possuir qualificação para tal, porém, o que torna a empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA inabilitada é que o profissional que ela apresentou não consta no rol de profissionais solicitado no edital.



O que tem que ser levado em consideração é que o edital é soberano, quantas empresas poderiam ter participado se houvesse o mesmo entendimento que um profissional poderia substituir o outro.

Se o profissional apresentado possui experiência ou não, não nos cabe julgar. O julgamento aqui é de apenas o Sr. Pregoeiro permitir a substituição do profissional.

Com certeza na classificação do CREA há diversos profissionais que podem exercer algumas funções que se assemelham, porém, não há previsão no edital que os profissionais poderiam ser substituídos por profissional semelhante.

A mesma deveria apresentar somente o profissional listado no edital. A aceitação de um profissional que não consta no edital, configura que a administração está frustrando o caráter competitivo do certame, dando tratamento diferenciado ao participante, ferindo assim, os princípios que norteiam o procedimento licitatório que é da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade. O Tribunal de Contas da União – TCU, traz acórdãos sobre o tema:



Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da **igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade.**

Acórdão 819/2005 Plenário

Observe os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, dentre outros, consoante o art. 37, caput, da Constituição Federal.

Acórdão 415/2010 Segunda Câmara

3 – Do Atestado de Capacidade técnica

Do edital:

6.1.6.4 – Para a prestação dos serviços dos itens 01 ao 28, 32 ao 34 **deverão ser apresentados os documentos técnico**

(21) 97135-2969 | (21) 2734-3000

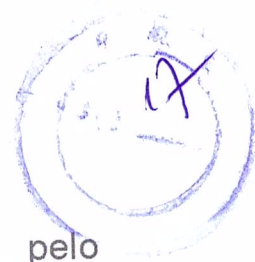
luana@uauestruturas.com.br | www.uauestruturas.com.br

UAU Estruturas e Serviços LTDA EPP | CNPJ: 21743725/0001-40 | Insc. Estadual: 86.860-295
Rod. Br 101, S/N Km 265 - Rio dos Índios, Rio Bonito - RJ | CEP 28800-000



profissional do item 6.1.6.2-
(Comprovação de que a proponente possui em seu quadro funcional permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes, pelo menos 01 Engenheiro Civil ou Arquiteto, inscrito no Conselho Regional competente (CREA/CAU), com comprovação de que estes profissionais são detentores de atestados averbados – CAT, pela execução de serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto deste edital ou de complexidade superior e/ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentado com firma reconhecida em cartório.

6.1.6.7 – Para a prestação dos serviços dos itens 29 ao 31, 37 ao 48, 51 ao 54 deverão ser apresentados os documentos técnico profissional do item 6.1.6.2- (Comprovação de que a proponente possui em seu quadro funcional permanente, na data prevista



para a entrega dos envelopes, pelo menos 01 Engenheiro Elétrico ou 01 Técnico em Eletrônica ou Elétrica inscrito no Conselho Regional competente (CREA/CAU), com comprovação de que estes **profissionais são detentores de atestados averbados – CAT**, pela execução de serviço já concluído, de características semelhantes às do objeto deste edital ou de complexidade superior e/ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentado com firma reconhecida em cartório.

O texto acima é claro quando fala em atestados no plural. Como se não bastasse a aceitação de apenas 1 (um) atestado, a empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA e para os itens de estrutura, apresentou acervo técnico do engenheiro civil Kilson, quando deveria apresentar atestado de capacidade técnica averbado. Acervo técnico é uma coisa e atestado averbado é outra, os dois podem se complementar.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



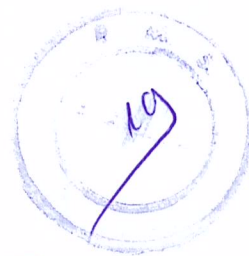
§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

O artigo 30 da lei 8.666/93 é clara ao descrever atestado, no parágrafo 1º não consta atestado ou acervo. No portal do CREA podemos ver a diferença entre cada um:

Acervo Técnico

1. O que é Acervo Técnico de um Profissional?

Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que registrada a respectiva responsabilidade técnica – ART, nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, conforme o Art. 47 da Resolução nº 1025/09 do Confea. É obtido por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT.



8. O que é Atestado de Capacidade Técnica?

O Atestado de Capacidade Técnica é a declaração fornecida pela contratante da obra ou serviço, que é fornecida pela pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado e que atesta a execução da obra ou a prestação do serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

Conforme o Art. 58 da Resolução nº 1925/09 do Confea, "as informações acerca da execução da obra ou prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado, devem ser declarados por profissional que possua habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea".

A questão aqui é que mais uma vez não foi obedecido o que o edital solicita. Sempre está sendo dado o direito a empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA apresentar documentos semelhantes, semelhantes é bem diferente de igual.

Já que havia essas possibilidades, porque não fez constar no edital para que mais interessados pudessem participar do certame. Porque o julgamento para a empresa Edna é diferente dos demais licitantes?

Ressaltamos ainda, que não há no Atestado averbado do Engenheiro Hélio, qualificação adequada para som e iluminação de grande e médio porte, os serviços que o mesmo já executou não tem especificação de tamanho, sendo para matinê, desta forma o mesmo não está apto para atender as necessidades contidas no edital. Observe documento extraído do CREA:



9. Quais dados devem constar no Atestado de Capacidade Técnica para a emissão da CAT?

O Atestado de Capacidade Técnica deve conter os seguintes elementos:

- a) Ser emitido em papel timbrado da empresa contratante;
- b) Ser assinado por representante da empresa, profissional habilitado no Sistema Confea/Crea, contendo na assinatura o nome, cargo, título e número de registro no CREA e firma reconhecida em cartório.
- c) No corpo do documento deverão constar os elementos qualitativos e quantitativos, o local, as datas de início e de término de execução (dd/mm/aaaa), valor da obra ou serviço, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas. Informações complementares, [clique aqui](#).

A empresa EDNA ROSA NETO SICILIANO & CIA LTDA descumpriu o edital não apresentando atestados de capacidades técnicas averbados, apresentando apenas atestado sem averbação no que tange estrutura e em relação ao som e iluminação apresentou averbado, porém, em desconformidades, não atendendo todos os itens. O edital prevê apenas atestados de capacidades técnicas averbados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e não o Acervo Técnico do Profissional.

4 – Da declaração de Requisitos de habilitação

Para disputar um pregão, os interessados devem apresentar, a declaração atestando que cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação. Essa declaração está prevista no inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/2002:





Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VII – aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão **declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; (grifou-se)

Ao apresentar essa declaração, a licitante deve ter ciência de que está fazendo uma declaração de muita responsabilidade, pois, caso a proponente não atenda, efetivamente, a todas as exigências do edital, poderá ser severamente punida.

No pregão, como são abertos os envelopes de proposta antes de verificar a habilitação das concorrentes, o legislador estabeleceu a obrigatoriedade de que as interessadas em disputar o pregão declarassem, formalmente, que cumprem todas as exigências de habilitação estabelecidas no edital.



As propostas só devem ser abertas, depois de verificada a regular apresentação dessa declaração de todas as pretendentes à disputa, inclusive daquelas que não comparecerem à sessão e encaminharam os envelopes pelos Correios ou que os tenham protocolado antecipadamente.

Caso seja aberto o envelope de habilitação de uma licitante e seja constatado que ela não atende a alguma exigência do edital, além de ser inabilitada, a proponente pode ser punida com o impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos, como disciplina o artigo 7º do Lei 10.520/2002:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, **deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame**, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios** e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o



inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

De acordo com o artigo acima o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, dentre outras coisas, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. (grifou-se)

Assim, a licitante deve ter bastante cautela ao preparar sua documentação de habilitação para assegurar-se que, de fato, está cumprindo, rigorosamente, a todos os requisitos de habilitação.

Do edital

(...)

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes

(21) 97135-2969 | (21) 2734-3000

luana@uauestruturas.com.br | www.uauestruturas.com.br

UAU Estruturas e Serviços LTDA EPP | CNPJ: 21.743.725/0001-40 | Insc. Estadual: 86.860-295
Rod. Br 101, S/N Km 265 - Rio dos Índios, Rio Bonito - RJ | CEP 28600-000



contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

(...)

De que serviria a solicitação desta declaração se não provar que a empresa cumpre plenamente aos requisitos de habilitação?

No edital no item 3.3 d consta o seguinte:

d. O licitante deverá apresentar a declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002 (conforme Anexo III), porém **será indispensável a apresentação da referida Declaração, sob pena de inaptidão para participar do certame;**

O texto acima é bem claro, quando solicita que a apresentação da referida declaração é uma condição para o licitante



participar do certame, significa que a empresa ao declarar que atende aos requisitos de habilitação o mesmo cumpre o declarado.

Não há razão da administração solicitar uma declaração de requisitos de habilitação para os licitantes e não fazer valer sua legalidade. Pois se uma empresa deixar de apresentar a mesma, não poderá participar do certame. Mas não há punição por parte da administração, quando a empresa declara que cumpre os requisitos, mas deixa de apresentar documentos de habilitação que deveriam constar em seu envelope.

Entendemos que assim como é exigido como condição de participação o mesmo deveria acontecer quando a empresa prestasse declaração falsa.

Prestar uma informação que não seja verdadeira é falsidade ideológica. A empresa Edna apresentou declaração que cumpre aos requisitos de habilitação, sendo que a mesma não se encontra habilitada para participar do certame.

CONCLUSÃO

A impugnante é uma empresa qualificada, que está no mercado no ramo do objeto da presente licitação, já algum tempo, possuímos, plena capacidade técnica, estrutural e financeira



O único objetivo ao entrar com recurso é a garantia de igualdade entre os licitantes

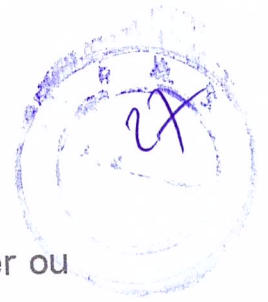
Conforme se sabe, a Administração Pública é regida por princípios gerais e princípios específicos de Direito Administrativo, estes explícitos e implícitos na Constituição da República, que orientam a conduta dos administradores na realização de suas atividades, de forma a assegurar a supremacia do interesse público, o qual se revela, no presente, no maior número de competidores, de modo a se obter o melhor preço possível.

Empresas que vão participar da licitação sem a documentação adequada, querem a todo custo passar por cima do que a lei determina.

O Princípio da Legalidade é uma das maiores garantias para os gestores frente o Poder Público. Ele representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei.

O princípio da legalidade aparece expressamente na nossa Constituição Federal em seu art. 37, caput, que dispõe que "a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". Encontra-se fundamentado ainda no art. 5º, II, da





mesma carta, prescrevendo que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

Como leciona Hely Lopes Meirelles: “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

Ainda para Hely Lopes Meirelles: “Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

A empresa Edna Rosa Neto Siciliano & Cia Ltda – Me, não cumpriu o determinado no edital deixando de atender o solicitado. O Sr. Pregoeiro juntamente com a equipe de pregão usou dois pesos e duas medidas diferentes para julgar cada licitante.

DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública. Queremos crer que a análise da documentação da empresa Edna Rosa Neto Siciliano & Cia Ltda - Me, ocorreu por um equívoco.



O respeitável julgamento do recurso aqui apresentado recai neste momento para responsabilidade da Sr. Pregoeiro, o qual a IMPUGNANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada, no julgamento em questão. Desde já esteja ciente que seguirá cópia desta impugnação ao Ministério Público Estadual – MPE/RJ e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ, para a devida apreciação deste Processo Administrativo, onde a todo o momento demonstramos nosso Direito Líquido e Certo e cumprimento pleno de todas as exigências do presente Edital.

Diante de todo o exposto, **REQUER** a inabilitação da empresa pelos fatos aqui apresentados, seja aplicado as sanções legais quanto ao descumprimento de declarar que cumpria os requisitos de habilitação, fato este que não ocorreu.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

21.743.725/0001-40
UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS
LTDA-EPP

Rio Bonito, 07 de Dezembro de 2018.

Rod. BR 101 Km 265 s/nº
Rio dos Índios - CEP: 28.800-000
RIO BONITO - RJ


UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA-EPP

Luana Pio Borges Peixoto Ribeiro

C. I. nº 26.410.469-6

CPF nº 139.358.397-07



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL
1267305160

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
0934261461FPRJ

CPF
012.145.467-30

DATA NASCIMENTO
18/12/1970

FILIAÇÃO
HORPIDIO DIAS DE OLIVEIRA
MERCEDES FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO 01338086465

VALIDADE 17/03/2021

1ª HABILITAÇÃO 05/07/2000

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL RIO BONITO, RJ

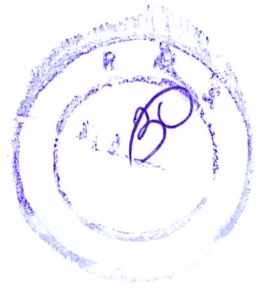
DATA EMISSÃO 21/03/2016

41081559027
RJ350828903

ASSINATURA DO EMISSOR

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1267305160



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1183092076

PROIBIDO PLASTIFICAR
1183092076

NOME
LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
264104696D1CRJ

CPF
139.358.397-07

DATA NASCIMENTO
21/08/1992

FILIAÇÃO
CRISTIANO PEIXOTO RIBEIRO
ADRIANE PIO BORGES PEIXOTO

PERMISSÃO
ACC

CAT. HABIL.
AB

Nº REGISTRO
05259169260

VALIDADE
08/09/2020

1ª HABILITAÇÃO
26/07/2011

OBSERVAÇÕES

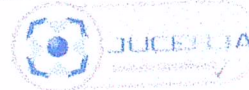
ASSINATURA DO PORTADOR
Luana Pio Borges Peixoto Ribeiro

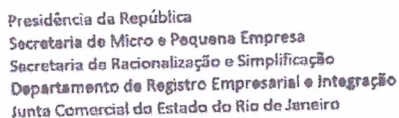
LOCAL
RIO BONITO, RJ

DATA EMISSÃO
10/09/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
7C.../...

DETRAN RJ (RIO DE JANEIRO)
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO





33.2.0990169-9

Sociedade empresária limitada

Empresa de Pequeno Porte

12/12/2017 - 16:34:57

JUCERJA

Último Arquivamento:
00002720853 - 26/01/2015

NIRE: 33.2.0990169-9

TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

Boleto(s): 102543901

Hash: 8595D31A-E8E7-4A17-9A10-773987E29188

Órgão	Calculado	Pago
Junta	188,00	188,00
DREJ	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Local

Data

Últimos Retornos

08/12/2017
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX
XX/XX/XXXX

Representante legal da empresa

Nome: _____

Assinatura:

Telefone de contato: (21) 2734-238

E-mail:

Tipo de documento:

Data de criação:	01/12/2017
------------------	------------

Data da 1ª entrada:	01/12/2017
---------------------	------------



00-2017/338328-9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

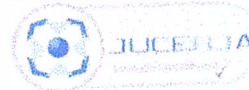
Nome: TENDAS NEW EVENTOS LTER ---
Nome: NOME: 14 FERTILIZANTES E SERV COS LTDA

NOME: PEDRO DE CARVALHO
NOME NVO: UAC FEMUTURAS E SERV COS LTDA
NIRE: 082.0980169-9 Protocolo: 00-2017/338226-8 Data d' emit: 01/12/2017
CNPJ: 0820980169-9 Nº C MINISTERO 00003126834 e demais dados

NOME: NIRE: 332.0990169-9 Protocolo: 00-2017/33826-9 Data de Emissão: 01/12/2017
CERTEFICADO DE ARQUIVAMENTO em 14/12/2017 SOB O NUMERO 0000912894 e demais constam do termo de

Antertica nº 3: 7C8EC1C069B4CDBCF07531F47F484812ABAC3FC0F0AB73438917807565916891C
<http://www.usp.br/socvicos/charcoal>

Autenticação: 9C8E61C685B4CDBCF57531F47F484812AEAC3DC0F0AB5F3E8891783765B6A68BFC
 Para validar o documento acesse <http://www.jucorja.rj.gov.br/servicos/charcoaldigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 2/10



TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

MARCELO MOREIRA DUARTE, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado Rua Valcir Emilio César S/nº Casa 04, Rio do Ouro, Rio Bonito, RJ, CEP 28.800-000, portador da Carteira de Identidade nº 08.679.224-9 expedida pelo DETRAN-RJ em 29.09.2008, inscrito no CPF sob o nº 010.799.087-30, nascido em 31.07.1972, filho de José Lessa Duarte e Ana Moreira Duarte; e,

LUANA PIO BORGES PEIXOTO, que depois de casada passou a assinar **LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, residente e domiciliada na Av. Inguita nº 1185, Cidade Nova – Rio Bonito – RJ – CEP: 28.800-000, portadora da Carteira de Identidade nº 26.410.469-6 expedida pelo DETRAN-RJ, CNH nº 05259169260 expedida pelo DETRAN-RJ em 10.09.2015 e do CPF 139.358.397-07, nascida em 21.08.1992, filha de Cristiano Peixoto Ribeiro e Adriane Pio Borges Peixoto.

ÚNICOS sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada, **TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP**, com sede na Rodovia BR 101, S/nº Km 265, Rio dos Índios, Rio Bonito, RJ, CEP 28.800-000, com seu ato constitutivo arquivado na Jucerja sob o nº 33209901699 em 26.01.2015, inscrita no CNPJ sob o nº 21.743.725/0001-40;

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua Vereador Joaquim de Castro nº 275, Centro – Rio Bonito – RJ – CEP: 28.800-000, portadora da CNH nº 01338086465 expedida pelo DETRAN-RJ em 21.03.2016 e do CPF 012.145.467-30, nascida em 18.12.1970, filha de Horpídio Dias de Oliveira e Mercedes Figueiredo de Oliveira.

RESOLVEM, de comum acordo, proceder a **PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE**, para mudança no nome empresarial, nome fantasia e objeto social, cessão de cotas com entrada e saída de sócios, aumento do capital social, mudança na administração, no uso do nome empresarial e consolidação do contrato social original, mediante as condições seguintes:

PRIMEIRA A sociedade passará a ser conhecida pelo nome empresarial **UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA EPP** e usará como nome fantasia a expressão **UAU ESTRUTURAS**.

SEGUNDA A sociedade passará a explorar a atividade de: **Fabricação, o comércio e os serviços de montagem e desmontagem de andaimes, organização de feiras, congressos, exposições, festa e eventos; fabricação, comércio e serviços de instalação de portas, tetos, divisórias e armários embutidos; serviços de limpeza em prédios e domicílios; serviços de comunicação multimídia, filmagem de festas; serviços de sonorização, iluminação, propaganda, publicidade e marketing direto; serviços de alimentação para eventos e recepções; a fabricação, o comércio e o aluguel de palcos, coberturas, estruturas metálicas, andaime; locações de máquinas e equipamentos, moveis e utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal e instrumentos musicais; locação de veículos com e sem condutor; locação de máquinas leves e pesadas como ou sem operador, organização de eventos esportivos, culturais e artísticos; atividades relacionadas a esgoto e coleta de resíduos não perigosos, perigosos, lixo comum ou especial; transporte rodoviário de cargas municipal, estadual e interestadual; Atividade de coordenação e controle de geração e transmissão de energia elétrica; montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação em vias públicas, portos aeroportos; Agenciamento de profissionais para atividade esportivas, cultural, e artística; Agência de publicidades; Serviço de transporte de passageiros; Estacionamento de veículos; Atividade de consultoria em gestão empresarial; Serviço de limpeza; Fornecimento de alimentos para empresa; Instalação e manutenção elétrica; Serviço de terraplanagem; Serviço de poda de árvore; Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, UTI, móvel serviço móveis de atendimentos de urgência; e Locação de gerador.**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

Nome Novo: UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA EPP

NIRE: 332.0990169-9 Protocolo: 30-2017/338728-8 Data de Protocolo: 01/12/2017

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 14/12/2017 SOB O NÚMERO 0000128904 e demais constâncias do termo de

potencialização.

Autenticação: 9C8E6C1085B49C0DF07631F47F484812A6AD3D0F0AB7348891780565816887C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo.

Pág. 3/10

TERCEIRA O sócio **Marcelo Moreira Duarte**, que neste ato se retira da sociedade, possuidor de 180.000 (cento e oitenta mil) cotas, num total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), vende esta totalidade, bem como todos os direitos e obrigações a elas inerentes, para as sócias, como segue: para a sócia **Luana Pio Borges Peixoto Ribeiro**, já qualificada, vende 60.000 (sessenta mil) cotas, num total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); e para a nova sócia **Edimar Figueiredo De Oliveira**, já qualificada, vende 120.000 (cento e vinte mil) cotas, num total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Parágrafo Único: O sócio **Marcelo Moreira Duarte** recebe das cessionárias o valor correspondente às cotas cedidas, em moeda legal e corrente do país e dando, por este instrumento, plena, rasa, geral e irrevogável quitação para não mais reclamar a qualquer época ou tempo, por si, seus herdeiros ou sucessores.

QUARTA Em decorrência da cessão efetuada na cláusula anterior do presente, fica assim distribuído entre as sócias o capital da sociedade no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em ato anterior, em moeda legal e corrente do país e que continua inalterado:

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	120.000 cotas	R\$ 120.000,00
LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO	80.000 cotas	R\$ 80.000,00
	200.000 cotas	R\$ 200.000,00

QUINTA O capital da sociedade no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) fica, por este ato, aumentado para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com o aumento de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), representado pela criação de 300.000 (trezentas mil) novas cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda legal e corrente do país e assim distribuído entre as sócias: a sócia **Edimar Figueiredo De Oliveira** subscreve e integraliza 180.000 (cento e oitenta mil) novas cotas, num total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); e a sócia **Luana Pio Borges Peixoto Ribeiro** subscreve e integraliza 120.000 (cento e vinte mil) novas cotas, num total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

SEXTA Em decorrência do aumento ora efetuado, fica assim distribuído entre as sócias o capital da sociedade que é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) dividido em 500.000 (quinhentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, parte neste ato e o restante em anterior, em moeda legal e corrente do país:

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO	200.000 cotas	R\$ 200.000,00
	500.000 cotas	R\$ 500.000,00

SÉTIMA A administração da sociedade será exercida, de comum acordo, por ambos os sócios, que assinarão pela sociedade, em conjunto ou separadamente, mas somente em negócios de exclusivo interesse social, sendo-lhes vedado, todavia, a assinatura em papéis alheios ao giro das atividades sociais, tais como, avais, fianças, endossos ou documentos de mero favor, isentando-se a sociedade de quaisquer ônus que possam advir pelo uso inadequado e proibitório aqui pactuado.

OITAVA Ambos os sócios usarão o nome empresarial de acordo com o disposto na Cláusula Anterior.

NONA Continuam inalteradas e em plena vigência todas as demais cláusulas e condições do primitivo contrato social, desde que não colidentes com as que ora são alteradas.

DÉCIMA Os sócios resolvem, neste instrumento, **consolidar** o Contrato Social da empresa que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DURAÇÃO

A sociedade será por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 26.01.2015, data esta a do registro de seu Contrato Social na Jucerja.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

Nome Novo: UAL FERTILIZANTES E SERVIÇOS LTDA

NIRE: 332.0980169-9 Protocolo: 00-2017/338926-S Data de Protocolo: 01/12/2017

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 14/12/2017 SOB O NÚMERO 00003128924 e demais constâncias do termo de autenticação.

Autenticação: 70CEK1C095B4C0C0F04531F47F484812AEAC3C0F0AB73488917807665816887C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/validadigital>, informe o nº do protocolo.

Pág. 4/10

CLÁUSULA TERCEIRA - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade será conhecida pelo nome empresarial **UAU ESTRUTURAS E SERVIÇOS LTDA EPP** e usará como nome fantasia a expressão **UAU ESTRUTURAS**.

O objeto da sociedade é o de a Fabricação, o comércio e os serviços de montagem e desmontagem de andaimes, organização de feiras, congressos, exposições, festa e eventos; fabricação, comércio e serviços de instalação de portas, tetos, divisórias e armários embutidos; serviços de limpeza em prédios e domicílios; serviços de comunicação multimídia, filmagem de festas; serviços de sonorização, iluminação, propaganda, publicidade e marketing direto; serviços de alimentação para eventos e recepções; a fabricação, o comércio e o aluguel de palcos, coberturas, estruturas metálicas, andaime; locações de máquinas e equipamentos, moveis e utensílios e aparelhos de uso domestico e pessoal e instrumentos musicais; locação de veículos com e sem condutor; locação de máquinas leves e pesadas como ou sem operador, organização de eventos esportivos, culturais e artísticos; atividades relacionadas a esgoto e coleta de resíduos não perigosos, perigosos, lixo comum ou especial; transporte rodoviário de cargas municipal, estadual e interestadual; Atividade de coordenação e controle de geração e transmissão de energia elétrica; montagem e instalação de sistema e equipamentos de iluminação em vias públicas, portos aeroportos; Agenciamento de profissionais para atividade esportivas , cultural, e artística; Agência de publicidades; Serviço de transporte de passageiros; Estacionamento de veículos; Atividade de consultoria em gestão empresarial; Serviço de limpeza; Fornecimento de alimentos para empresa; Instalação e manutenção elétrica; Serviço de terraplanagem; Serviço de poda de árvore; Aluguel de equipamentos científicos , médicos e hospitalares , UTI, móvel serviços móveis de atendimentos de urgência; e Locação de gerador.

O capital da sociedade é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) dividido em 500.000 (quinhentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, parte neste ato e o restante em anterior, em moeda legal e corrente do país e assim distribuído entre os sócios:

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	300.000 cotas	R\$ 300.000,00
LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO	200.000 cotas	R\$ 200.000,00
	500.000 cotas	R\$ 500.000,00

Parágrafo 1º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º: Os sócios ficam dispensados da caução.

As cotas de capital dos sócios são intransferíveis a terceiros sem a expressa anuência por escrito do outro sócio, que sobre as mesmas exercerá a preferência, dentro de no máximo 60 (sessenta) dias a contar da data da cientificação.

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, as administradoras prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros e as perdas apurados.

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

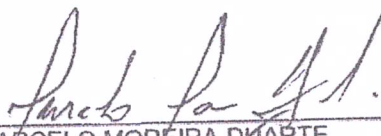
20

20

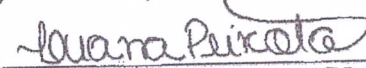
20

Assim, justos e contratados, mandaram elaborar o presente instrumento que, depois de lido e achado de acordo, o assinam.

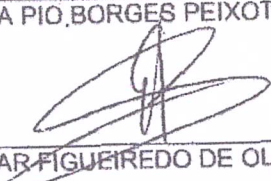
Rio Bonito, 16 de Novembro de 2017.


MARCELO MOREIRA DUARTE

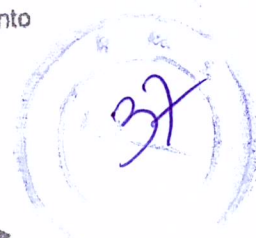
2º OFÍCIO


LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO

3º OFÍCIO

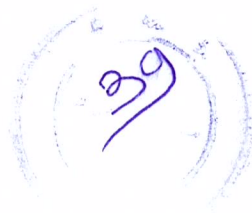

EDIMAR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

2º OFÍCIO





Rio Bonito, 05 de dezembro de 2017.



Sr. Julgador.

O nome da empresa que aparece no ProtocoloWeb está sem o porte (EPP), pois este sistema traz as informações do nome empresarial aprovado no REGIN.

Como pode observar em anexo o sistema do ProtocoloWEB não permite editar o nome empresarial, seja para muda-lo ou para incluir ME/EPP, pois ele busca as informações do REGIN, que aprovou um determinado nome empresarial, como já mencionado.

Há instrução da JUCERJA para que não coloque a partícula ME/EPP no nome empresarial, visto que o porte aparecerá no final do nome empresarial automaticamente, dependendo do enquadramento.

Por esta razão, não entendo o motivo da exigência!!

Seria para aprovar o nome no REGIN já com o EPP no final?

Ou teria como instruir como que a exigência deve ser cumprida?

Desde já venho cumprimentar pelo excelente trabalho que tem sido realizado pela Jucerja no que diz respeito ao registro de empresas. A Agilidade nos processos tem sido de grande valia.

Atenciosamente.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nome: TENDAS NEW EVENTOS LTDA EPP

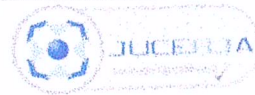
Nome Novo: UAC PERMUIURAS 4 SHKV COS LTDA

NIRE: 332.0990169-9 Protocolo: 30-2017/338926-8 Data de registro: 01/12/2017

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 14/12/2017 SOB O NÚMERO 00003128934 e demais constâncias do termo de autenticação.

Autenticação: 3C9E01C095D40C0E037531F4FF494812AEAC3F0F0AB73488917807565916897C

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pag. 9/10





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO

Rj.16.97.52.87 - 21.743.725.000.140

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

UAU ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

21.743.725/0001-40

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

220 Alteração do nome empresarial (firma ou denominação)
 244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)
 202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ
 221 Alteração do título do estabelecimento (nome de fantasia)
 247 Alteração de capital social
 Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável☐ Preposto

NOME

LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO

CPF

139.358.397-07

LOCAL E DATA

Rio Bonito, 30 de Novembro de 2017.

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE RIO BONITO - Titular: JORGE FRANCISCO CORREIA
 Praça Fonseca Portela, 70 - Centro - Rio Bonito - RJ - Tel.: (21) 2734-1036

Reconheço a(s) firma(s) por Semelhança de:

LUANA PIO BORGES PEIXOTO RIBEIRO

RIO BONITO, 30/11/2017. Total: 7,40 Conf. por: 1,10

ELAINE JOSE DA SILVA-ESCREVENTE-MAT. Mat. 94/14994 em Test.

ECIM 91839 KLG https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

090548AA 093449

Escrevente

Aprovado pela Inst. de Normas RFB nº 1.634, de 05 de maio de 2016

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE CADASTRADORA

